

Empregador de serviço doméstico

Atualizado em: 03-01-2017

Esta informação destina-se a



Empregador de serviço doméstico

O que é

Empregador que contrate trabalhador para prestar, de forma remunerada e com caráter regular, atividades destinadas à satisfação das necessidades próprias ou específicas do agregado familiar, ou equiparado, nomeadamente:

- Confeção de refeições
- Lavagem e tratamento de roupas
- Limpeza e arrumo de casa
- Vigilância e assistência a crianças, pessoas idosas e doentes
- Tratamento de animais domésticos
- Execução de serviços de jardinagem
- Execução de serviços de costura
- Outras atividades consagradas pelos usos e costumes
- Coordenação e supervisão de tarefas externas do tipo das mencionadas neste número
- Execução de tarefas externas relacionadas com as anteriores.

Inscrição

A inscrição da entidade empregadora de trabalhadores do serviço doméstico é efetuada através do preenchimento do formulário, Comunicação da entidade empregadora ou equiparada de admissão/cessação/suspensão do trabalhador ou estagiário profissional - Comunicação do trabalhador por conta de outrem ou estagiário profissional de início da atividade e vínculo a nova entidade empregadora ou equiparada, Mod. RV1009-DGSS.

Este formulário pode ser obtido na coluna do lado direito em "Formulários" ou em qualquer serviço de atendimento da Segurança Social.

Deveres

A entidade empregadora é obrigada a:

1. Comunicar aos serviços da Segurança Social a admissão de trabalhadores por qualquer meio escrito ou *online* no serviço Segurança Social Direta:

- Nas 24 horas anteriores ao início de produção de efeitos do contrato de trabalho
- Durante as 24 horas seguintes ao início da atividade, quando por razões excecionais (fundamentadas) a comunicação não possa ser feita naquele prazo, apenas para prestação de trabalho por turnos

Deve ser indicado o Número de Identificação da Segurança Social (NISS) se o houver.

As falsas declarações prestadas pelo contribuinte, nomeadamente por não ser verdadeira a relação laboral comunicada, determina a anulação do enquadramento dos trabalhadores.

Nota - A entidade empregadora não pode inscrever como trabalhador ao seu serviço, pessoas que consigo tenham os seguintes vínculos familiares:

- Cônjuge ou pessoa que com ele viva em união de facto há mais de 2 anos
- Filho(a), neto(a) ou adotado
- Genro, nora, enteado(a) ou filho(a) do(a) enteado(a)
- Pai, mãe, padrasto, madrastra ou sogro(a)
- Irmão, irmã ou cunhado(a).

2. Entregar uma declaração aos trabalhadores ou cópia da comunicação de declaração de admissão, onde conste o respetivo NISS, o número de identificação fiscal (NIF) e a data da admissão do trabalhador.

3. Efetuar o pagamento regular das contribuições e quotizações.

Sanções

Se a entidade empregadora:

1. Não comunicar a admissão de novos trabalhadores:

- Presume-se que o trabalhador iniciou a prestação de trabalho no 1.º dia do 6.º mês anterior ao da verificação do incumprimento

• Fica sujeita à aplicação de contraordenação:

• **Leve**, quando seja cumprida nas 24 horas subsequentes ao termo do prazo, e

• **Grave**, nas restantes situações.

O incumprimento dos deveres pela entidade empregadora determina a aplicação de sanções ficando sujeita ao pagamento de coimas.

2. Não pagar as contribuições

- Cobrança coerciva do montante em dívida, o qual inclui juros de mora

• Fica sujeita à aplicação de contraordenação

• **Leve** – Se o pagamento das contribuições for efetuado nos 30 dias seguintes ao termo do prazo

• **Grave** – Se o pagamento das contribuições for efetuado fora do prazo anteriormente indicado

• Processo crime se:

• A vantagem ilegítima for superior a 7.500 €

• A entidade empregadora descontar da remuneração dos trabalhadores o valor das quotizações por estes devidas e não os entregar à Segurança Social.

Contraordenações e coimas

Contra-ordenação	Infração	Coimas		
Pessoa singular	Pessoa coletiva com:		Menos de 50 trabalhadores	50 ou mais trabalhadores
Leve	Negligência	50 a 250 €	75 a 375 €	100 a 500 €
Dolo	100 a 500 €	150 a 750 €	200 a 1.000 €	Grave
Negligência	300 a 1.200 €	450 a 1.800 €	600 a 2.400 €	Dolo
600 a 2.400 €	900 a 3.600 €	1.200 a 4.800 €	Muito Grave	Negligência
1.250 a 6.250 €	1.875 a 9.375 €	2.500 a 12.500 €	Dolo	2.500 a 12.500 €

A entidade empregadora que tenha praticado várias contraordenações é punida com uma coima cujo limite máximo resulta da soma das coimas que foram aplicadas às respetivas infrações.

Nestes casos a coima a aplicar não pode ser:

• Superior ao dobro do limite máximo mais elevado das várias contraordenações que estiverem

• Inferior à mais elevada das coimas aplicadas às várias contraordenações.

No caso de entidades empregadoras do **serviço doméstico** os limites mínimos e máximos são reduzidos a metade.

Na coluna do lado direito desta página estão disponíveis vários documentos, designadamente a legislação relativa a esta matéria.